

---

# ALGUNS TEMAS PARA PENSAR A MUDANÇA SOCIAL

Augusto Santos Silva\*

---

*Propõe-se uma reflexão crítica sobre o conceito e as teorias da mudança social. A perspectiva que a orienta recusa uma visão linear e sucessiva da mudança, à maneira evolucionista, e contrapõe-lhe uma abordagem dos processos de mudança como encruzilhadas de diferentes tipos, identidades e projectos sociais. A esta luz, é possível conceder um novo valor às tradições e articular a problemática da mudança com a do desenvolvimento.*

## **I. Perspectivas, Escalas, Modelos**

1. Quando falamos de mudanças, destacamos, separada ou articuladamente, as seguintes dimensões dos processos sociais:

- a) a natureza dinâmica (não estática) dos referidos processos;
- b) a dimensão diacrónica (evolução segundo o eixo do tempo, entrelaçamento de tempos...);
- c) a ocorrência ou a possibilidade de ocorrência de transformações, de maior ou menor amplitude, nas estruturas e nas práticas sociais;
- d) a acção intencional de actores, animados por certos projectos e programas de alteração deliberada de certos ou todos os aspectos das estruturas e práticas sociais.

---

\* Faculdade de Economia do Porto. Este texto foi originalmente preparado para discussão em sessões de trabalho no mestrado em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação do Porto (1992-1993). Agradeço a esse auditório a disponibilidade com que o comentou.

2. Nas duas primeiras dimensões, todos os processos sociais estão «instalados» na mudança. Este princípio é muito importante, para evitar falsas dicotomias. Não há sociedades meramente estáticas, nem equilíbrios perfeitos, nem inércias absolutas: não há histórias «imóveis». A diferença entre conservação e mudança, entre tradição e modernidade, etc., é uma diferença a determinar especificamente para cada caso e de cada ponto de vista, de qualidade, intensidade e orientação das mudanças sociais relativas.

3. É possível autonomizar a terceira dimensão, face às duas precedentes. As teorias da mudança social fazem-no correntemente, distinguindo as pequenas mudanças, de «reajustamento», dentro de um dado sistema, das mudanças estruturais, que envolvem transformações «de tipo» (R. Nisbet, 1979:26-28). Convém, entretanto, ter em atenção dois pontos. Por um lado, é diversa a natureza e amplitude das mudanças estruturais (que podem ir da difusão de uma inovação, ou caso particular de inovações, até às grandes revoluções fundadoras de novas épocas históricas). Por outro lado, não há uma descontinuidade absoluta entre «pequenas» e «grandes mudanças» - boa parte das transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas, designadamente no domínio dos valores e estilos de vida, constituíram o efeito agregado de múltiplas mudanças, algumas quase imperceptíveis, que foram marcando a vida quotidiana.

4. A avaliação analítica das condições, estratégicas e efeitos das acções deliberadas e programadas de mudança – designadamente, as que assumem a forma de políticas de reforma – é uma outra operação crucial, que deve, aliás, construir parte integrante e central dessas acções. A plena elucidação dos problemas assim destacados passa, entretanto, por saber articular esta às dimensões anteriores, mormente para enquadrar analiticamente a dimensão voluntarista própria dos programas de intervenção.

5. A mudança social pode ser considerada a várias escalas. Podemos distinguir as mudanças de tipo macro (por exemplo, as que envolvem as sociedades, como tais, ou a globalidade do sistema mundial) e as de tipo micro (por exemplo, mudanças numa certa organização); e, eventualmente, conceber níveis meso de análise. Como, também aqui, a escala «cria» o fenómeno, o que importa é esclarecer sempre, de um lado, qual a escala

que estamos a considerar e, do outro, a sua pertinência para explicar que queremos propor.

6. É possível subsumir todas as mudanças estruturais do mesmo tipo sob uma lei geral (ou um conjunto de leis) gerais? Mesmo propondo leis condicionais e probabilísticas parece muito difícil abarcar a multiplicidade de situações e processos verificáveis, com um único conjunto articulado de proposições, sem que estas tenham de assumir um nível de formalidade tal que o seu poder explicativo se torne quase nulo (ou redunde na pura tautologia). Por outro lado, é difícil reduzir a complexidade das determinações cruzadas que configuram cada processo social ou a esquemas de causalidade, mais ou menos sofisticados, mas que repousam sempre sobre o mesmo conjunto de variáveis independentes. A explicação substantiva é sempre a explicação de um conjunto singular, e virtualmente irrepetível, de condições e interações – e, nesse sentido, uma explicação empírica «local». Mas isso não dispensa, bem pelo contrário exige a utilização de instrumentos de análise gerais, cujo nível de abstracção e formalidade permite aplicações equivalentes a casos diferenciados. Se não há propriamente «leis» da mudança social, no sentido forte de leis, há contudo modelos de mudanças sociais. E há o constante vaivém entre a aplicação produtiva de proposições explicativas gerais, paradigmáticas, conjecturais ou hipotéticas, a casos empíricos – de maior ou menor amplitude, mas determinada, singularizada – e a avaliação e enriquecimento das proposições gerais através do confronto crítico dessas múltiplas análises.

## **II. Tradição, Tempo, Texto e Identidade**

7. Procurando nos dar conta do que, como e porque muda, uma boa maneira de perspectivar a nossa análise pode ser partir dos processos de permanência das estruturas ou práticas sociais. A palavra tradição tem sido usada para assinalar tais processos. Outras vezes, prefere-se falar em história. Os dois conceitos podem ser úteis, na condição de aceitar algumas prevenções:

a) na mesma medida em que, como já vimos, todos os processos sociais são dinâmicos e implicam uma diversidade ampla de movimentos, ajustamentos, mobilidades, variedade, a tradição não pode ser contraposta à mudança como a inércia ao movimento, a resistência à acção, ou o passado ao futuro;

b) não sendo da ordem do tudo ou nada, a oposição entre tradição e mudança é, sobretudo, um instrumento analítico, fortemente estilizado, cuja pertinência é heurística – serve para lermos processos sociais determinados;

c) neste contexto, o que a palavra tradição começa por designar é o processo pelo qual as estruturas construídas pelas práticas sociais adquirem uma dinâmica global e objectiva, que faz com que transcendam as circunstâncias particulares de produção de práticas, ganhem uma espessura temporal acentuada e gerem as condições (no triplo sentido de marcações, condicionalismos e recursos) que enquadram as práticas de acção e interacção social. O controlo do espaço e do tempo, associado à configuração de estruturas sociais, a amplitude da duração em que ganham raízes – e, por aí, a sua determinação objectiva e a sua inércia estrutural de reprodução: eis o que devemos começar por ter em conta, quando pretendemos pôr em relevo as condições da mudança social.

8. Não se trata, pois, de confrontar um suposto equilíbrio – o da história ou da tradição – com o incerto desequilíbrio da mudança; mas, outrossim, de confrontar equilíbrios diferentes, embora igualmente precários.

9. Tradição representa uma continuidade do passado, uma transmissão ao longo do tempo, um elo entre gerações. O que quer que seja que continue, que se transmita e que se ligue, o que assim se potencia é um controlo da diacronia, um consenso entre diferentes aproximados e um testemunho comum. A dinâmica da tradição, como constituição de referências trans-temporais e trans-locais, favorece a reprodução social. Por isso mesmo, todas as sociedades, mesmo aquelas que fazem da modernização anti-tradicionalista o seu emblema, criam tradições, no e pelo próprio processo da sua estruturação, da sua consolidação ao longo do eixo do espaço-tempo (E.Suils, 1981).

10. Do ponto de vista dos actores, a tradição pode ser interpretada como uma referência cultural, no sentido antropológico da expressão.

11. É uma referência para entender e controlar simbolicamente os tempos. Os actores confrontam-se com o entrelaçamento de tempos diferentes: o tempo longo das estruturas históricas; o tempo da conjuntura; o tempo curto do acontecimento (F. Braudel, 1977). Estes tempos não se «sucedem» nem «alteram» - estão mesclados, no

nosso quotidiano; poder-se-ia, até, sugerir que o quotidiano é o modo como, numa dada conjuntura, alonga duração permeia o tempo curto.

12. O tempo histórico é irreversível. Num sentido ligeiramente diferente, embora articulado, os tempos sociais são reversíveis ou irreversíveis. A duração da vida individual é limitada, e esse é um dos principais marcos, senão o principal, da acção humana. O tempo da vida é irreversível, embora a «velocidade» dos tempos vividos varie radicalmente segundo as conjunturas históricas, os quadros de interacção e a condição e a trajectória social. O tempo da vida quotidiana é um tempo reversível, tempo de retorno, do mesmo, do ciclo, da rotina cuja entropia parece equilibrada pela segurança da repetição e do automatismo. O tempo das instituições, designadamente aquelas que reenviam para processos de longa duração, mas também as que propiciam encadeamentos intergeracionais, que favorecem renovações no tempo futuro (como os ciclos familiares), tende também a configurara-se como um tempo reversível (A. Giddens, 1986:35-36).

13. Num certo e forte sentido, a tradição representa uma combinação entre tempos que, equilibrando a irreversibilidade pessoal e histórica com as reversibilidades sociais apropriáveis, e conjugando diacronicamente vários registos e medidas de tempo, assegura um certo controlo da temporalidade (E. Shils, 1981: 327; A. Giddens, 1986:200). Precário já se vê, lacunar, mas estrutural, precisamente na medida em que, como tradição, destaca tudo o que exprima enraizamento num passado, numa duração. Este controlo é crucial para que os actores possam pensar a vida como quadro de acção, e não apenas como trajecto declinante de dum destino.

14. O controle da temporalidade, propiciado pela tradição, serve para pensar o tempo presente, designadamente quando este se configura como tempo da rotina. O domínio e a representação simbólica do entrelaçamento real dos tempos, tendencialmente partilhado por actores com histórias, presentes e futuros virtuais aproximados, permitem pensar o quotidiano, sem necessidade de formalização discursiva e explicitação a outrem de referências que são largamente comuns. A rotina é um «trésor de sagesse» (Marc Bloch), porque incorpora, pratica, tacitamente, um conjunto mais ou menos vasto de respostas passadas e colectivas a situações semelhantes e, sobretudo, um conjunto estruturante de princípios de percepção,

avaliação e acção tendencialmente comuns e aplicáveis a diferentes situações equivalentes.

15. A rotina é assim da ordem de uma lógica prática, implícita sem deixar de ser conhecida, adquirida sem deixar de ser inventiva, informal sem deixar de ser sistemática, histórica sem deixar de ser dinâmica e alterável. É uma utilização estratégica, calculada, do tempo.

16. Este jogo com o tempo é sobretudo importante em contextos culturais marcados por tradições substantivas tradicionais – isto é, tradições formadas e reproduzidas em contextos sociais do passado mais ou menos remoto, ou em sociedades presentes menos complexas do que as sociedades modernas industriais.

17. A, ou as tradições a que se vincula, mais ou menos directamente, um actor social constituem também uma referência central para a sua afirmação como actor – para a sua identificação. Nomeadamente, porque favorece a articulação dos dois processos de tal afirmação: o processo de identificação, pelo qual se constitui como personalidade singular, e o processo de identificação, em sentido mais estrito, pelo qual se confirma como membro de um grupo, de um «nós» tendencialmente distinto de «outros», de outros grupos (P. Tap, citado por J. Maudeira Pinto, 1991).

18. A identidade social supõe alguma continuidade e algum reconhecimento. Alguma continuidade no trajecto pessoal e grupal de formação de personalidades, de construção do Eu, e algum reconhecimento de si mesmo, por si próprio e pelos outros, em contextos de interacção num grupo, num certo espaço e num certo tempo. A referência à tradição e sobretudo, a referência a tradições colectivas, partilhadas, constitui uma condição, senão necessária pelo menos favorável, à construção social de identidades.

19. Poderia sugerir-se que o processo complexo de construção de comunidades entre actores aproximados por condições semelhantes em classes comuns – sendo um processo decisivo para a possibilidade da acção colectiva e a assunção – de uma lógica de acção colectiva – tem uma das suas principais dimensões na produção, simbólica e «material», de tradições culturais (éticas, ideologias, políticas, cognições, maneiras de

ser, de estar e agir...) comuns – e, porque comuns e tradições, comunitárias (indutoras de sentimento de pertença a comunidades).

20. Por aí, tradição continua a designar o que, no processo de estruturação de uma sociedade, transcendendo objectivamente a interacção de indivíduos, tende a ser representado simbolicamente como transcendendo a acção pessoal e do pequeno grupo, num presente sempre precário (no sentido de sempre em curso de tornar-se passado). Induzir a formação de uma identidade por relação a uma transcendência apercebida, eis o que determina a principal razão social de ser e a principal força da tradição.

21. As tradições substantivas, transmitidas e actualizadas entre gerações, entre tempos e entre lugares, referencias sociais trans-locais e trans-temporais, constituem conjuntos de conhecimentos, sentimentos e valores e sistemas de princípios de construção e aplicação de conhecimentos, sentimentos e valores, que vão sendo adquiridos, experimentados, seleccionados, avaliados, consolidados, ao longo dos trajectos dos grupos e das sociedades. São obras culturais, armazenagem e fixação de experiências, vivências e saberes que, por isso mesmo, nesse mesmo decurso, vão transcendendo e se vão autonomizando, face aos contextos particulares de produção e utilização – que, objectivando-se, se vão tornando, de produtos em produtores de acção. Funcionam como textos, mensagens autorizadas, detentoras de realidade e legitimidade próprias, que servem de referência comum. Mas, quadros de sentido pedem o trabalho activo de elucidação, interpretação e recriação constante – vectores da actualidade, pedem o trabalho recorrente de actualização.

22. Assim, se as tradições substantivas, símbolos, proposições, operadores, gestos, actos, constituem virtuais «reservas» de comunidade e comunicação – e, por aí, parâmetros e suportes da acção –, elas não determinam «consciências colectivas» uniformes, cuja imposição às acções de relação social fosse automática e absoluta. São textos polissémicos, são guiões para desempenhos, em situações que implicam a recorrente readaptação dos guiões de partida.

23. A dinâmica das tradições não é, pois, necessariamente cumulativa. A utilização das tradições não é necessariamente «passiva». O processo de aquisição, enriquecimento, reelaboração, adaptação, aplicação, dissolução etc., de tradições é um

processo tão dinâmico, conjuntural, estruturante, activo, e estratégico como a generalidade dos outros processos sociais. Também as tradições estão instaladas na mudança.

24. Por outro lado, também em termos sincrónicos as tradições são conjuntos plurais. Uma mesma sociedade, por maioria de razão, se for relativamente complexa, pode conhecer várias tradições do mesmo campo (para lá, claro, de tradições em vários campos). A relação entre tradições, e designadamente entre centrais paroquiais, entre tradições dominantes e dominadas e entre tradições de durações e amplitudes diferenciadas, é uma dimensão crucial dos processos de identificação e interpretação/representação social, em curso em cada contexto espaço-temporal.

25. Se as tradições podem ser compreendidas como dinâmicas de fixação e transmissão de valores, afectos e saberes, os meios de fixação, arquivo e difusão influenciam as formas e conteúdos das tradições. A este respeito, é conhecida a importância da distinção entre oralidade e escrita. De algum modo, o triunfo da escrita é o primado da relação ao espaço face à relação ao tempo (A. Giddens, 1988:103). A escrita potencia as possibilidades de registo, transmissão e disseminação das obras culturais, no sentido aqui utilizado, e, portanto favorece os processos de objectivação das produções simbólicas. Mas não deixa de restringir as margens de possibilidade de jogo com o tempo, de manipulação prática e activa de incerteza e da fluidez, fixa mais rigidamente os textos, favorece os processos de ortodoxia. Neste sentido, as tradições substantivas tradicionais, ancoradas na oralidade, encontram-se claramente penalizadas nos contextos sociais modernos marcados pela cultura letrada (pela relação letrada com a cultura).

26. Precisamos, portanto, de uma interpretação analítica não tradicionalista da tradição. Uma interpretação que – sem com isso desprezar a vinculação histórica da tradição ao passado, sem omitir a força do consenso entre gerações, sem esquecer a determinação da longa duração – destaque a pluralidade, a conflitualidade das tradições e a natureza dinâmica, sinuosa, feita de aquisições, acumulações, renovações e dissoluções, do curso das tradições. Se quisermos falar em passado, o passado que nos marca é também o passado que nós próprios, no presente, e em função da antecipação de certos futuros prováveis ou possíveis, vamos reconstruindo. A memória social, «vinda» de trás, é elaborada agora.

27. Como se pode entender a mudança social: como uma renovação de tradições.

28. A valorização anterior da tradição não deixa de ser polémica. Mas não porque, como é habitual entre os analistas de raiz conservadora, queria desvalorizar assim, e no limite negar, a mudança social. Pelo contrário: relevando a centralidade e a persistência das tradições, nós procuramos colocar-nos em melhores condições para entender a mudança – como se constrói, que transforma, que produz de novo. Precisamos de valorizar a tradição para, designadamente, focalizar o que muitas teorias da modernização desprezam: o que elas desprezam sob o nada, o amorfo, a passividade, a reacção falando em resistências à mudança, sem mais especificação, e depreciando, pela própria expressão, o seu significado – é aquilo, que para nós, será central para perceber como é que os actores sociais agem para e na mudança social.

### **III. Inovação, Institucionalização, Mudança**

29. A análise em termos de mudança social envolve alguma forma de comparação entre a estrutura de uma formação social num tempo  $t$  e a estrutura da mesma formação num tempo  $t + k$ . Há, portanto, algum elemento de continuidade entre as duas estruturas, alguma identidade, alguma base de comparação.

30. Este é importante para sublinhar que faz pouco sentido concentrar exclusivamente a atenção no confronto entre «sociedades modernas» e «sociedades tradicionais». Essa é mais uma distinção cómoda e ritual, mas demasiado lassa para ter valor substancial, do ponto de vista das comparações específicas e precisas.

31. A indignação comparativa localizada pede que reconsideremos agora princípios que já anteriormente foram lembrados: que a perspectiva a escala adoptada em apreço (*f* 5). Assim, várias perspectivas teóricas que têm sido apresentadas como alternativas não o são realmente. São, sim instrumentos analíticos diferentes, no sentido em que consideram dimensões e escalas diferenciadas a acentuam diferentes aspectos, descritivos explicativos, dos processos sociais – que se aplicam melhor ou pior às diversas situações empíricas.

32. Podemos e devemos, nesta linha, distinguir os processos de mudança que implicam, sobretudo, ajustamentos, adaptações dos sistemas a novas condições exteriores ou à sua dinâmica interna, desenhando um curso de sucessivas reequilibrações, elas mesmas indutoras de novos desequilíbrios; distinguir os processos de mudança que implicam transformações estruturais, ou seja, cuja qualidade ou, sendo vários, cuja convergência determinam mudanças globais na estrutura dos sistemas considerados; distinguir os processos de mudança que implicam dissoluções, ou seja, cujos efeitos principais se traduzem no fim de certos sistemas, com ou sem a emergência mais ou menos imediata de sistemas sucessivos.

33. Importa, também, distinguir os processos de translação global das estruturas sociais dos processos específicos de transformação interna das estruturas sociais.

34. Os modelos de explicação de mudanças têm oscilado entre duas visões polares: a que acentua quase exclusivamente os factores endógenos e a que acentua quase exclusivamente os factores exógenos. Para a primeira, é do estado e da dinâmica da estrutura em  $t$  que decorrem as mudanças em  $t + k$ . Para a segunda, é a conjunção de factores exteriores ao sistema considerado – designadamente, os acontecimentos, em sentido forte – que desencadeia a mudança.

35. Este dualismo é redutor e pode ser superado. Primeiro, não havendo propriamente leis universais de mudança social, as duas teorias são unicamente modelos conceptuais cuja pertinência depende das questões colocadas a propósito de cada caso empírico. Segundo, lidamos com sistemas abertos e dinâmicos, e não com sistemas fechados e estáticos (ou cuja dinâmica pudesse ser totalmente prevista): a distinção entre o que é endógeno e o que exógeno é limitada em virtudes explicativas. Terceiro, a própria configuração de alguma constelação de processos, como um sistema, é uma decisão analítica que só pode ser referida à problemática em causa e à perspectiva e à escala mais adequadas (à problemática e ao objecto de estudo empírico). Quarto, se partirmos de um modelo geral de interdependência dos sistemas consideráveis – de um modelo geral de determinações cruzadas, cujas direcções cabe a cada análise interpretar, de preferência a modelos gerais de determinação causal constante e unidirecional – e, então, a explicação dos processos de mudança deve jogar, primeiro que tudo, com a

dialéctica entre os elos de interdependência e as margens de autonomia de cada estrutura ou sistema, face aos demais (quer na sincronia, quer na diacronia).

36. Nestes termos, é possível combinar produtivamente, na análise explicativa de processos de mudança social, as contribuições das várias teorias que vêm sendo propostas e aplicadas a diferentes situações e de diferentes perspectivas e escalas. Pelo menos seis delas poderão ser retidas: as teorias da difusão da inovação, do acontecimento, dos efeitos de agregação, da crise, da dinâmica revolucionária, da institucionalização.

37. A análise em termos de inovação tem esclarecido, sobretudo, os processos de difusão e assimilação de inovações, quando estas – independentemente de serem especificamente técnicas ou mais amplamente sociais, de serem induzidas endogenamente pelo sistema em que se difundem ou lhes serem exógenas, de resultarem de procuras sociais explícitas, satisfazerem necessidades adaptativas ou corresponderem a acções e situações propriamente criativas – podem ser claramente isoladas, para fins analíticos. Utilizando e adequando modelos de análise dos processos de comunicação, influência e tomada de decisão, é possível identificar as condições e as motivações dos precursores e dos inovadores e o curso do conhecimento, do teste e da assimilação generalizada da inovação assim como perceber melhor as modificações que tal assimilação pode induzir na estrutura do sistema social.

38. A teoria do acontecimento permite dar conta dos elementos de contingência e circunstancialidade implicados nos processos de mudança. A perspectiva histórica que realiza e a indagação das circunstâncias de tempo e lugar que permitem situar especificamente o processo considerado e, portanto, aperceber os sistemas de determinação cruzada que nele convergem (o resultado conjuntural da interdependência de sistemas que produz). É a ênfase da produtividade específica da dinâmica factual, do encadeamento ao longo do tempo de acções e acontecimentos, de modo a destacar, contra as visões estáticas, que a mudança se não deduz directamente do estado de um sistema (que não se explica apenas sincronicamente). É a acentuação da força produtiva da contingência, das múltiplas contingências favorecida pelo facto de as situações possíveis serem múltiplas, abertas, em curso, desencontradas e cruzadas. Acontecimento aqui, designa justamente a emergência (que nunca é evidentemente ex-

*nihilo*, mas é mais ou menos prevista, súbita, disruptora) de uma nova iniciativa ou situação – é o facto singular irreversível, nos dois sentidos de único no tempo e novo por comparação com o que lhe preexiste. O processo pelo qual os factos singulares se convertem em factos de repetição, a inovação se torna instituição, a revolução se torna tradição, é o processo global da mudança social (P. Lacombe, 1930:248-266).

39. A teoria dos efeitos de agregação permite articular a ênfase na centralidade da acção e a apreensão das dinâmicas estruturais que resultam da, mas transcendem a, combinação de acções. Torna, assim, possível perceber como os processos de mudança podem ser ancoradas às estratégias de actores em situações determinadas e determinantes, fazendo uso de procedimentos de adaptação, antecipação ou inovação, por preferência a racionalidades diferenciadas, embora sempre, e ao mesmo, «limitadas», em sentido sociológico, e operativas. É perceber também como da agregação de tais acções resultam efeitos e processos sociais que lhes são irredutíveis, gerando determinações macros e microsociológicas condicionantes das estratégias possíveis. A teoria dos efeitos de agregação tem esclarecido, especificamente, a crucialidade dos efeitos não previstos, e designadamente perversos, da acção (R. Boudon, 1984). Na sua formulação microsociológica, parece separar demasiadamente as variáveis de acção, situação e condições macrosociais. Mas parece também possível toroar essa dificuldade, usando como modelo alternativo o modelo da dualidade de estrutura (ou da natureza estruturada e estruturante do *habitus*) (A. Giddens, 1986; P. Bordieu, 1980), que assinalará melhor quanto as condições da acção são internas à acção.

40. As análises sobre situações de crise têm permitido avançar, por sua vez, na elucidação de conjunturas históricas específicas – aquelas em que um dado conjunto de tendências, circunstâncias e factos coloca em causa as lógicas e os processos até então prevalentes de estruturação e reprodução de um dado sistema social. A convergência conjuntural de diferentes tempos sociais num tempo histórico comum, um tempo público, em que os possíveis parecem provisoriamente indeterminados (P. Bordieu, 1948: 207-250) e, portanto, a acção activa de transformação estratégica das estruturas e das práticas sociais determina a agenda sociopolítica – tudo isso favorece, justamente, a produção, difusão e aplicação de inovações sociais, acelera a velocidade e a intensidade de produção de acontecimentos.

41. Há crises que atingem uma dimensão revolucionária. E embora haja revoluções quase imperceptíveis, designadamente ao nível do quotidiano – isto é conjuntos de novos, fenómenos, modelos e arenas de conduta, identificados e interpretados, mas cuja conjunção desencadeadora de transformações qualitativas não era apercebida como tal, só *a posteriori* sendo -, há revoluções críticas, atordoadoras, pondo explicitamente em crise ordens sociais prevalecentes. Ora, em tais conjunturas e processos, pode dizer-se que aumentam as margens de autonomia das esferas de relações centrais na revolução considerada – designadamente, a esfera das relações políticas. A «deriva», a «derrapagem» revolucionária é também a grande aceleração do tempo histórico, da produção de acontecimentos, da experimentação social, (F. Furet, 1978:75-76, 115). Os efeitos sociais de tal aceleração são extra-ordinários.

42. Mas, finalmente, a consolidação das transformações passa pelo regresso do extra-ordinário ao ordinário. Passa pelo processo que conduz do acontecimento à rotina, da inovação à instituição, eventualmente da periferia ao centro do sistema. A rotinização da inovação é, ainda, um elemento central dos processos de mudança (H. Mendras e M. Forsé, 1983: 182) – daqueles processos em que a mudança se não dissolve a si mesma, mas se traduz em transformações mais ou menos estruturais. Por vezes, como salientou Tocqueville (1982), o fim do efémero da deriva revolucionária é a sedimentação das mudanças de raiz anteriores ela, que a foram preparando e que ela acabou por consagrar. Mas a dinâmica da conversão da inovação em instituição, do instituinte em instituído, coloca sempre o problema de saber quanto se «perde» da inovação, da mudança, no próprio processo do seu triunfo.

#### **IV. Encruzilhadas**

43. Avançando um pouco mais na profundidade das análises, e vinculando-nos mais directamente à indagação de processos sociais concretos, por isso mesmo constelações singulares de múltiplos acontecimentos e atributos, utilizaremos o conceito de mudança heurísticamente, como uma chave teoricamente forjada para ajudar a interpretar complexidades empíricas. Ora, nesse plano, é o cruzamento de elementos de sinal e intensidade diferenciados que sobressai: deparamos não propriamente com mudanças ou não-mudanças claras, evidentes, marcadas, mas sim com articulações

compósitas de reprodução e transformação social, inovação e continuidade, mudança e persistência, dinâmica e inércia.

44. É que, além do mais, são diferenciadas as especializações e as temporalidades possíveis das relações sociais (J. Ferreira de Almeida, 1986:32-35). São diferentes e relativamente autónomos os campos e os quadros de interacção em presença, e as dinâmicas que determinam uns podem não determinar, ou determinar segundo outra lógica de refracção, os demais. É elevado o valor adaptativo dos comportamentos estratégicos, como o é da capacidade de lidar – na base de uma racionalidade prática ou explícita, de competências adquiridas mais ou menos discursivas – com os elementos de incerteza que indeterminam os destinos e as alternativas que permitem as escolhas. Portanto, a orientação estratégica pode, em obediência ao mesmo grande sistema de princípios geradores, inclinar-se para mudanças, reservadas, temperadas, aventureiras, calculadas, radicais, nas ocasiões e nos cenários que as exigem ou favorecem, ao mesmo tempo que permanece prudente e eficientemente «tradicional», capitalizando as rotinas, os saberes, os valores, as destrezas, as posições, os direitos e os poderes adquiridos, noutros ou até na globalidade das ocasiões e cenários enfrentados.

45. Há vários processos que ilustram bem esta característica compósita das estratégias sociais. Em Portugal, os casos da emigração e da adequação recíproca entre industrialização rural e famílias camponesas são bem conhecidos. É possível perspectivar as estratégias dos actores como estratégias de manipulação de oportunidades em resposta a desafios, utilizando tais oportunidades e desafios como meios funcionais para a continuidade adaptativa das grandes unidades e parâmetros de reprodução social tradicionais. E, ao mesmo tempo, é possível destacar, também, o que essas estratégias de reprodução, por introdução de algumas mudanças adaptativas, por isso mesmo que têm que introduzir elementos novos cuja agregação induz efeitos que não deixam de lhes escapar, ao menos parcialmente, o que essas estratégias implicam de mudança efectiva e substancial.

46. É também conhecida a dinâmica em que o que a própria mudança induz de dissolução de estruturas preexistentes – remetendo-as para um passado que não deixa de ser vivo, de pesar sobre os parâmetros da acção presente – reforça a centralidade simbólica delas. E não se trata necessariamente de revivalismo de tradições, assim

mesmo desintegradas e transferidas, embora possa frequentemente chegar a esse ponto: podem ser também processos de reelaboração de memórias sociais menos explícitas, ou até autênticos processos de refundação cultural.

47. Uma boa palavra para nos guiar no labirinto dos mundos compósitos de persistências, desenvolvimentos e mudanças: encruzilhada. A generalidade das situações empíricas que analisamos é, de facto, situações de encruzilhada.

48. Estratégias de actores nas, e perante, as encruzilhadas: é útil partir dos modelos da assimilação, da manipulação, da intervenção activa.

49. Pensar em termos de assimilação é, sobretudo, importante para contrair a apresentação dos processos de difusão de inovações exógenas como simples alastramento dos precursores e inovadores conscientes até às massas de agentes tratados apenas como objectos de (influência, comunicação, etc.) ou animados apenas de instintos de «imitação». Partindo dos actores e dos grupos de actores, a descrição da assimilação de inovações e outras mudanças destaca quatro pontos. O primeiro é a relação recíproca implicada: relação de condicionamento activo da mudança sobre o actor e relação activa do actor face à mudança. O segundo é que a adaptação do actor à nova situação presente ou virtual representa também uma adequação selectiva; a interiorização do exógeno, sendo, com maior ou menor intensidade determinada pelo valor do exógeno e pelos constrangimentos do contexto social e da condição e posição detida nele, faz-se ainda por aquisição assimilativa e transformadora do exógeno. O terceiro ponto é que a difusão da inovação sucedida requer, justamente, a realização deste processo de integração do facto ou elemento novo no, e pelo, sistema que ele troca. O último ponto é que, sendo assim, não há inovação técnica que não se configure como inovação social – isto é, cuja aplicação não represente alterações ou desenvolvimentos de práticas e relações sociais a ela articuláveis.

50. As estratégias de manipulação, no sentido posto em relevo por Goffman, são aquelas em que, tipicamente, os actores sociais ganham e realizam margens de autonomia e liberdade criativa – afirmam-se não como objectos, mas como sujeitos sociais –, manipulando ou tentando manipular, em função e no interesse das suas situações objectivas e das suas orientações estratégicas, as estruturas sociais que os condicionam. Como as situações sociais são, genericamente, abertas, como só em casos

de desapossamento e dominação extrema os poderes confrontados (ou exercidos) são absolutos e inquestionáveis, como os jogos não estão completamente decididos à partida, as oportunidades e as capacidades de manipulação são recorrentes. Em vez de reduzirmos a análise das mudanças a esquemas de causalidade por derivação do estado de estruturas julgadas sobredeterminantes ou a curvas de distribuição de produtos/procedimentos cuja a abcissa marca apenas o tempo – é bom mais adequado destacar as capacidades estratégicas, e não meramente adaptativas (ou então, adaptativas em dois sentidos, de Ego face à situação e da situação face à Ego), que justamente permitem jogar com a incerteza, a indeterminação e a abertura das situações e, portanto, fazem das mudanças não um destino exterior mas um recurso utilizável.

51. Em contextos favoráveis, contextos de crise ou dinâmica revolucionária, ou situações de privilégio para a concepção e o teste de novas experiências sociais - que podem tanto ser situações de elite no centro de sistemas como situações periféricas propiciadoras de certos recursos específicos -, as estratégias dos actores podem ser estratégias de acção, em sentido forte: *maxime*, dirigidas para a transformação deliberada de estruturas sociais. As circunstâncias e os processos de alternância, de mudança global dos sistemas de referência dos actores, de ressocialização, são aqui muito importantes (P. Berger e T. Luckmann, 1967:156-157). Uma dimensão crucial de qualquer análise de mudanças estruturais que envolvam a participação de actores (e este parece ser o caso modal) é a elucidação dos processos de conversão conjuntural dos actores, em sentido lato, em *actores*, em sentido estrito e forte, ou, se se quiser, dos agentes em actores. E, para tal, mister se faz dar conta das dinâmicas de construção de grupos e classes sociais, e de organização e liderança de acções sociais colectivas – pedindo, portanto, a conceptualização em termos de movimentos sociais, organizações sociais e políticas, lutas entre grupos, entre comunidades e entre classes, poder e campo do Estado, processos de internacionalização e transnacionalização etc.

52. Mas não podemos ficar por aqui. Porque as mudanças não são (apenas ou necessariamente) sobretudo reestruturações. Podem ser desestruturações. Normalmente, aliás, são compósitos de uma e outra coisa. A este carácter compósito acresce o carácter pluralista das mudanças sociais que ocorrem a velocidades e com intensidade diferentes em diferentes campos sociais. E acresce a diferencialidade já suficientemente referida das especializações e das temporalidades que contextualizam as relações e as histórias

sociais. A análise em termos de mudanças sociais deve abrir, também, para interpretá-las plenamente, para a consideração das consequências, eventualmente contraditórias, ao nível das identidades e das práticas de actores e grupos de actores, desta encruzilhada de processos. São extremamente úteis, a este propósito, as teorias elaboradas em sede psicológica, sociológica e antropológica, tais como as teorias da dissonância cognitiva, da inconsistência de *status*, da *hysteresis* do *habitus*, da relação entre enculturação e aculturação, da colonização do mundo vivido...

## V. Mudança e Desenvolvimento

53. Os conhecimentos histórico-sociológicos adquiridos sobre processos de mudança social são vastos. Pode utilizar-se esse património analítico disponível para pensar prospectivamente e, em particular, para acompanhar criticamente os processos de mudança que são desencadeados e em princípio enquadrados por projectos de intervenção estratégia intencional de actores (o Estado ou outros)?

54. O primeiro ponto a notar será, talvez uma consequência prática da insistência teórica nas redes de interdependência que articulam as acções e as instituições sociais e da opção por análises relacionais de dimensão estrutural, tentando dar conta das dinâmicas de sistemas. É ela o princípio de que as intervenções programadas na realidade social, mesmo que localizadas, no sentido de incidentes sobre apenas certos aspectos de um dado sistema, e mesmo que, como é genericamente o caso, parcelares, no sentido de que partem de perspectivas específicas e penetram no interior dos sistemas por portas particulares, as intervenções devem ser globalizadas: importa pensá-las globalmente e concebê-las de modo a que os seus efeitos possam repercutir, directa ou indirectamente, a curto ou a médio prazo, sobre nós estruturais dos sistemas sobre que incidem. Por isso se diz, muitas vezes, que as intervenções casuísticas são secundárias; e que à inovação particular ou a à serie não articulada de inovações particulares (designadamente as que se configuram como inovações «meramente» técnicas) há que contrapor as mudanças, isto é, conjuntos articulados de procedimentos de reforma, cuja pertinência e alcance particular apenas adquirem sentido por referência ao conjunto que os integra (e à política globalizante que os orienta e justifica).

54. Mas as mudanças podem ocorrer por variadíssimas razões e podem ter efeitos contrastados. Podem trazer mais dissoluções do que reestruturações. A avaliação das intervenções pede, por isso, um critério mais valorativo, menos descritivo e mais normativo. Num mundo em que não há praticamente sociedades que não estejam em mudança e, sobretudo, em que não há sociedades que não estejam sujeitas aos efeitos da mundialidade – mas em que o desenvolvimento social está por cumprir; num mundo face ao qual não parece descabido dizer que tantas mudanças não têm conduzido a nenhum desenvolvimento (R. P. Pires, 1987) – é importante distinguir os dois critérios, mudança social e desenvolvimento social, enfatizando o segundo quando se trata de avaliar princípios, estratégias e efeitos de programas de intervenção social determinada.

55. Ora, se há critérios mínimos consensuais que permitem identificar situações de sub ou mal-desenvolvimento, a partir do limiar de satisfação de certas necessidades básicas, esses critérios não bastam para identificar, pela positiva, processos ou situações de desenvolvimento sustentado. E, sobretudo, não há padrões universais para definir de uma vez por todas e com precisão os estados finais de desenvolvimento, e as estratégias viáveis e produtivas de desenvolvimento. Enquanto processo (e processo particularmente forte de mudança social orientado), o desenvolvimento é um processo de procura e escolha de soluções para problemas identificados, cuja realização produzirá resultados não determináveis à partida (H. Bruton, 1985).

56. Daqui decorre que a qualidade dos projectos e programas de desenvolvimento depende crucialmente da qualidade das identificações e das escolhas. Perguntar-se sobre o valor e a eficiência de certo programa é também perguntar-se sobre as condições da sua elaboração, da sua aprovação e da sua implementação. E, aqui as relações entre os actores, plurais e diferenciados, e os programas constituem a questão analítica e estratégica central.

57. A implicação de actores na formulação e aplicação de políticas não é evidentemente, uma questão de tudo ou nada. É enorme a diversidade das situações, dos objectivos, das modalidades, dos graus de intensidade e eficiência. Muitas vezes, nos níveis mais importantes de decisão, a participação dos actores só pode fazer-se por representação. A influência e o controlo sobre os decisores e os executores pode não

exigir participação no sentido estrito. Esta não constitui, geralmente, um ponto de partida adquirido, mas sim um resultado que é preciso conseguir. Porém, a questão principal permanece. A legitimidade das direcções de mudança definidas e a eficiência das estratégias seguidas não se reduzem a qualquer dimensão que se suporia ser apenas técnica. Constituindo matéria política, isto é matéria de decisões e realizações implicando relações de poder entre actores, são portanto, matéria de acção política.

58. Se há, certamente, modelos gerais e padrões de comparação, em processos de desenvolvimento, não há, contudo, programas com validade universal – quer dizer, independentemente das circunstâncias de tempo e lugar e dos contextos sociais em que se aplicam. A qualidade de um programa não é, nem apenas, nem principalmente, a sua qualidade formal. É, sim, a medida da sua adequação realista e prospectiva às estruturas sociais sobre que incide. Não se trata de sujeição, porque se trata de transformar; mas transformar substantivamente passa por tentar perceber quais são as variáveis alteráveis, para quê, com que efeito e de que modo.

59. Eis um primeiro sentido da referência à endogeneidade, nos processos de mudança estratégica intencional. Não se pretende designar o que seria o contrário de exogeneidade, numa oposição simplista entre um «interior» e um «exterior» só plenamente imagináveis na situação virtualmente impossível de sistemas sociais fechados. Não se pretende, ainda, retomar os modelos de explicação das mudanças sociais, referidos no f 34. Fala-se, agora, de outro nível. Endógeno assinala um ponto de vista, na orientação de um sistema aberto, orientação que se faz na confluência das determinações entre sistemas (daí, por exemplo, a ideia da gestão das dependências). Endógeno assinala o processo de adequação dos programas aos contextos e a crucialidade, nessa adequação, do inventário das condições de partida – no duplo sentido de condicionamentos e de recursos implicados (fazendo as escolhas estratégicas parte de tais condições, as quais, por isso mesmo, não são estáticas, não são simples características de situações, mas vectores de dinâmica). O critério da adequação implica considerar cada medida, ou cada inovação, por um lado, por referência às necessidades e as potencialidades do contexto, por outro, por referência às redes globais de determinação estruturantes desse contexto. Um bom exemplo da utilidade deste critério é dado, em economia, quando se contrapõe ao critério da técnica «óptima» (formalmente) o da técnica apropriada (à situação).

60. Ora, as tradições, e designadamente aquelas configuradas como estruturas de civilização (ou cultura) historicamente construídas de uma certa humanidade, representam recursos primeiros das situações e dos actores. Por isso mesmo é que é preciso superar as visões dualistas entre tradição e modernidade, que exilam o tradicional para o passado perdido de cada história. As tradições são condições – a adequação prospectiva passa pelo diálogo criativo com elas, sob pena de ter de sofrer-las como barreiras estruturais. E são também recursos disposições, operadores, valores, saberes, equipamentos, técnicas, paisagens sócio-economias, etc., utilizáveis transformativamente. A estratégia de desenvolvimento endógeno é a que se percebe isto – aceita os condicionamentos estruturais, mas não passivamente (trata-se de mudanças, é bom não esquecer-lo!), compreende a inércia e o sentido de tais condicionamentos, procura identificar os nós em que é possível actuar, sem induzir desestruturações que, para além de ilegítimas, são incontroláveis e perversas; e procura aproveitá-los como recursos.

61. Mas se, por estas vias, a cultura, em sentido vasto, é uma matriz do desenvolvimento (A. Santos Silva, 1988), precavamo-nos contra as visões estáticas da cultura e as reduções psicológicas. As «variáveis psicológicas», os valores, as atitudes, as propensões e a agir não «actuem» independentemente dos contextos (não são variáveis apenas independentes). Só em relação com a globalidade dos «dados» de uma situação localizada é possível apreender o peso específico de tais variáveis. Elas não podem ser convertidas, por oposição simétrica a determinismos de sinal contrário, nem em primeiro motor nem em primeiro travão de processos sociais. Finalmente, as «variáveis psicológicas» não são dados estáticos, mas vectores dinâmicos.

62. Adequar programas a contextos é centra-los sobre actores – não organizá-los como sistemas fechados de funções, em equilíbrio formal, mas sim como quadros de objectivos e estratégias que vivem das acções sociais que procuram enquadrar, articular e potenciar. A inovação não termina com a invenção tecnológica, a reforma não termina com a produção de legislação e a criação de instituições, não se muda a sociedade (apenas) por decreto nem por projecto «técnico». Se as estratégias de desenvolvimento se não reduzem a engenharias sociais, é porque se alimentam de acções e agregações de acção que não podem «fabricar», embora possam condicionar, que obedecem a lógicas

mais amplas, que são uniformes, que se estruturam por lógicas de grupo e discriminação, de cooperação e conflito, etc., que são conduzidas por actores dotados de motivações, valores, razões, interesses e objectos. Aceitar e estimular a crucialidade da acção, a diversidade e a conflitualidade de acções e o papel estratégico dos actores – e, portanto, assumir a imprevisibilidade e a indeterminação (à partida) dos processos e a variabilidade das estratégias (inclusive no próprio decurso da sua realização) -, eis o que distingue as estratégias de mudança dos ensaios de engenharia sociais.

63. A análise científica tem uma importante contribuição específica a dar, neste domínio. Por um lado, pode esclarecer sobre os efeitos não previstos dos programas – mormente, os seus efeitos perversos; pode esclarecer sobre a centralidade dos «efeitos laterais». Por outro lado, pode converter-se aquilo que é uma característica objectiva da realidade social – que os actores reutilizam, na sua acção, os próprios conhecimentos sobre a sua acção que vão sendo avançados pelas ciências – num meio decisivo disponível nos programas de mudança. A instrumentalidade de conhecimentos científicos – que permitem aumentar os níveis de racionalidade da acção, menos a racionalidade formal, sofisticada e esotérica de cada disciplina e mais a razoabilidade prática dos actores – pode melhorar substancialmente as condições de realização de reformas.

64. Falemos, pois, de reformas: conjuntos coerentes de medidas, procurando induzir efeitos globais sobre certos sistemas localizados (e num certo estado/ritmo do movimento desses sistemas). Mas, se procuramos que as reformas capitalizem este pouco que a análise científica pode oferecer, então importa que sejam concebidas, elas próprias, como sistemas abertos e dinâmicos, isto é, capazes de integrar sucessivas rectificações, seguir várias direcções convergentes, mas não necessariamente isentas de conflitualidade, de respeitar as resistências e valorizar as tradições, de aceitar a dissidência, e deixar campo permanente à experimentação e à prática e a avaliação de inovações.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, J. Ferreira (1986) *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. (1967) *The Social Construction of Reality. A Treatise in Sociology of Knowledge* [1966], reed., Nova Iorque, Doubleday.
- BOUDON, R. (1984) *La Place du Désordre. Critique des Theories du Changement Social*, Paris, P.U.F.
- BORDIEU, P. (1980) *Les Sens Pratique*, Paris, Minuit.
- BORDIEU, P. (1984) *Homo Academicus*, Paris, Minuit.
- BRAUDEL, F. (1977) *Écrits sur l'Histoire* [1969] reed., Paris, Flammarion.
- BRUTON, H. J. (1985) «*The search for a development economic*», *World Development*, 13 (10-11): pp. 1099-1124.
- FURET, F. (1978) *Ensaio sobre a Revolução Francesa*, trd. Alfredo Margarido, Lisboa, A Regra do Jogo.
- GIDDENS, A. (1986) *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration* [1984], reed., Cambridge, Polity.
- GIDDENS, A. (1988) *Social Theory and Modern Sociology* [1987], reed., Cambridge, Polity.
- LACOMBE, P. (1930) *De l'Histoire Considéré comme Science* [1894], 2ª ed., Paris, Vrin.
- MENDRAS, A. e F (1983) *Le Changement Social. Tendances et Paradigmes*, Paris, Armand Colin.
- NISBET, R. (1979) «*Introducción: el problema del cambio social*», in R. Nisbet (ed.), *Cambio Social* [1979], trad. Leopoldo Lovelace, Madrid, Allianza: pp. 12-51.
- PINTO; J. Madureira (1991) «*Considerações sobre a produção social de identidades*», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32: pp. 217-231.
- PIRES, R. P. (1987) «*Diferença e progresso: a tipologia tradicional/moderna na sociologia do desenvolvimento*», *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 3: pp. 149-162.
- SHILS, E. (1981) *Tradition*, Londres, Faber & Faber.
- SANTOS, A. Silva (1988) «*Produto nacional vivo: uma cultura para o desenvolvimento*», in *Vários, Atitudes, Valores Culturais e Desenvolvimento*, Lisboa, SEDES: pp. 19-75.

TOCQUEVILLE, Alexis de (1982) *L'Ancien Régime et la Révolution* [1856], ed. J.-P Mayer, reimp., Paris, Gallimard.